

FURACÕES, IDEIAS E DESTRUIÇÃO: O AMBIENTE E UMA HISTÓRIA DAS AMÉRICAS

Hurricanes, ideas, and destruction: the environment and a history of the Americas

Resenha de: SCHWARTZ, Stuart B. *Mar de Tormentas: uma história dos furacões no Caribe, de Colombo ao Katrina*. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Alberto Camargo Portella¹

RESUMO

nesta resenha, avaliamos como Stuart B. Schwartz aliou a ocorrência dos furacões no Grande Caribe à história da região e evidenciou de que forma aqueles eventos afetaram e foram afetados pela organização social, política, econômica e cultural local. Demonstramos como a obra é um importante contributo à história ambiental e à análise comparativa da colonização europeia nas Américas.

Palavras-chave: Furacões; Natureza; História das Américas.

ABSTRACT

this review aims to examine how Stuart B. Schwartz combined hurricane occurrences in the Great Caribbean with the region's history and in which manner such events affected and were affected by the social, political, economic, and cultural local organizations. We will demonstrate how his work makes an important contribution to an environmental history and a comparative analysis of the European colonization of the Americas.

¹ Doutorando no PPGHS, USP; mestre pela mesma instituição. Esta resenha está relacionada com a atual pesquisa de doutorado financiada pela Fapesp (2024/15508-4). E-mail para contato: alberto.portella@alumni.usp.br

Keywords: Hurricanes; Nature; History of the Americas.

Stuart B. Schwartz é professor de História na Universidade de Yale, com uma carreira acadêmica voltada à análise da história da América Latina colonial, em especial na porção portuguesa do continente. Seus trabalhos tiveram como objeto desde a formação da economia açucareira no Brasil até um volume, por ele editado, dedicado à conquista de parte da América espanhola. Nessa toada, e seguindo uma trilha consagrada de obras dedicadas à história ambiental, em desenvolvimento desde os anos 70 (PÁDUA, 2010, p. 81), o autor agora nos apresenta *Mar de Tormentas: uma história dos furacões no Caribe, de Colombo ao Katrina*, um estudo sobre o modo pelo qual os furacões, do século XVI ao XXI, foram interpretados por sociedades caribenhas e de que forma afetaram a história daquela região. Publicado originalmente em inglês em 2015, foi traduzido em 2021 e oferece uma sólida contribuição ao campo da história ambiental e da colonização europeia das Américas.

Partindo de uma visão conjunta do Grande Caribe, região com um passado marcado, por exemplo, pela colonização, escravidão e lutas pela independência, e em que buscou superar divisões imperiais e nacionais, Schwartz destacou as mudanças e permanências na forma como os furacões marcaram a vida dos povos naquele quadrante do mundo atlântico. Neste caso, não é despropositado salientar que, já nas primeiras páginas da obra, o historiador citou *O Mediterrâneo*, de Fernand Braudel, como uma das inspirações para o enquadramento de seu objeto de análise.

O autor dividiu sua obra em nove capítulos. No primeiro, concentrou-se no início da colonização espanhola do Caribe. Questões como a exploração da realidade americana, a dependência em relação ao conhecimento nativo e o uso da teologia na elucidação das tempestades foram colocadas em cena, ao mesmo tempo em que o historiador demonstrou, já para aquela época, o desafio encetado ante uma “interpretação moral” (SCHWARTZ, 2021, p. 60) dos furacões. No capítulo dois, tratou com mais cuidado do processo de colonização a partir do século XVI, atentando-se aos efeitos das tempestades na economia e sociedades caribenhas dominadas pelas coroas europeias. Teorizou esses eventos climáticos enquanto um “perigo compartilhado” (SCHWARTZ, 2021, p. 79) pelos vários poderes coloniais, que buscavam respostas na caridade e na ação pública para compensar os estragos. Além disso, apresentou a forma pela qual as divisões sociais existentes agiram para tensionar ou atenuar os problemas causados pelos furacões. No capítulo seguinte, além de continuar a análise ao considerar o desenvolvimento

econômico da região, Schwartz também se atentou à consolidação de um modo científico de observar e analisar a natureza e demonstrou o crescimento da preocupação dos Estados em responder aos efeitos das intempéries. Afinal, foi nessa época em que esses eventos tropicais “[...] expuseram as linhas de fratura e as divisões sociais das sociedades caribenhas, e se tornaram eles mesmos um elemento, junto com a guerra, o comércio, a política e a raça, na configuração de valores sociais e políticas governamentais” (SCHWARTZ, 2021, p. 137).

No capítulo quatro, o autor apresentou uma importante chave interpretativa, representando uma viragem argumentativa em sua obra: os vários Estados, imperiais ou nacionais, cada vez mais assumiram alguma responsabilidade após as catástrofes, pois cresceu a percepção de que aqueles eventos tinham uma causa natural, por mais que o pensamento religioso e suas explicações não desaparecessem de todo. Ou seja, não mais dependentes somente da vontade de Deus, os poderes constituídos teriam de arcar com alguma responsabilidade pela recuperação coletiva. No capítulo cinco, analisando o século XIX, tratou também da difusão de tecnologias, como o barômetro e o anemômetro, na superação daqueles eventos.

No capítulo seis, o autor focou nas políticas governamentais de ajuda após as catástrofes e nas questões criadas pelas divisões sociais, como as discussões sobre a utilidade e necessidade de auxílios às vítimas e as calúnias contra certa parte da comunidade negra, acusada de ser covarde, infantil e passiva após o furacão que devastou Galveston em 1900. No seguinte, adentrando o século XX e considerando até os efeitos da crise de 29, Schwartz apontou importantes mudanças naquelas discussões, sendo uma delas a ideia “[...] de que o auxílio [após as calamidades] era um direito, e não uma questão de caridade, e de que as pessoas tinham a prerrogativa de esperar receber assistência de sua comunidade [...]” (SCHWARTZ, 2021, p. 275). Muitos governos aproveitaram essa ajuda prestada para imprimir uma boa imagem aos líderes considerados populistas. O papel dos governos, vistos de uma forma geral, teria superado o da caridade individual.

No capítulo oito, o historiador frisou o desenvolvimento de tecnologias no século XX, relacionadas à previsão climática e à comunicação, e a ideia de que a natureza poderia ser manipulada. Argumentou que as ações humanas voltaram à cena principal, no debate sobre as causas de mudanças no ambiente, e que ocorreu uma diminuição do papel do Estado na ajuda após as catástrofes, fruto de mudanças de cunho neoliberal. Por fim, no capítulo final, Schwartz analisou, por exemplo, o impacto do furacão Katrina no século XXI, para demonstrar a recorrência de temas, como a discussão da responsabilidade dos governos, e o surgimento de novos debates sobre o

impacto humano no clima.

Para unir os nove capítulos da obra, superando uma exposição meramente cumulativa, o historiador teceu a ideia de que existiria uma totalidade em análise, um conjunto espacial bem determinado partilhando experiências durante mais de quatro séculos. Não à toa, as sociedades caribenhas seriam “[...] irmãs na experiência e [...] rivais para a sobrevivência [...]” (SCHWARTZ, 2021, p. 11) unidas aqui pelo “[...] fato de as tempestades tropicais não respeitarem fronteiras internacionais ou divisões culturais [...]” (SCHWARTZ, 2021, p. 265). Dessa forma, o Grande Caribe, experimentando tempestades durante mais de quatrocentos anos, engendrou diferentes interpretações para tais eventos, tecidas no encontro entre um mundo hispano-americano de base católica e outro construído pelos poderes do norte europeu, com expressiva participação protestante. Schwartz visou superar uma comparação estanque entre as duas realidades, seguindo uma linha metodológica que visa compreender a colonização americana enquanto uma totalidade histórica que abarcou particularidades interrelacionadas (BERBEL, MARQUESE, PARRON, 2010, pp. 27 e 54; TOMICH, 2004, pp. 223-228; McMICHAEL, 1990).

Essa divisão espacial foi complementada pela visão do autor sobre seu objeto de estudo, pois seu foco não esteve nas tempestades propriamente ditas. Na verdade, visou compreender as formas de seu impacto no Grande Caribe, com os custos sociais, ambientais, políticos e econômicos advindos. Por outro lado, analisou como esses agrupamentos humanos impactaram e criaram interpretações sobre aqueles eventos climáticos, com as diferentes formas de enxergar suas causas e efeitos e, posteriormente, o impacto humano no equilíbrio ecológico.

Schwartz avaliou a chamada “era moderna dos furacões” (SCHWARTZ, 2021, p. 175) e a dividiu em duas etapas quanto às interpretações tecidas naquelas sociedades. Na primeira predominava uma visão essencialmente teológica sobre aqueles eventos e em que a caridade tinha mais força como resposta às catástrofes. Outra existiu, fortalecida no século XIX, em que as explicações científicas tomaram a frente, e o Estado ganhou relevo na previsão e resposta às tempestades. Todavia, segundo o autor, não se tratou do desaparecimento da visão religiosa. Após séculos de colonização, com desenvolvimentos no pensamento científico e nas teorias sobre a organização da sociedade, houve “[...] uma preocupação crescente com as vítimas de desastres naturais, e um reconhecimento implícito de que, quaisquer que fossem as intenções de Deus ou os acidentes da natureza, os governos poderiam fazer algo diante desses perigos” (SCHWARTZ, 2021, p. 286). Aliás, no século XX, o “ato de Deus” (SCHWARTZ, 2021, p. 301)

ainda poderia ser uma desculpa para encobrir a ineficiência na prevenção daqueles eventos. De qualquer forma, até hoje as explicações científicas ou naturais não excluem as ideias religiosas associadas a tais calamidades.

Os modos pelos quais os furacões impactaram a vida local e as interpretações sobre aquelas catástrofes formam um binômio argumentativo, uma linha de raciocínio que perpassa os nove capítulos da obra. Na interpretação sobre as ações humanas frente aos desastres inerentes à região, destacou-se o apontamento de que, se no início da colonização havia um julgamento moral sobre as causas, estabelecendo listas de erros humanos e castigos divinos, no século XVIII, com o advento do Iluminismo, a natureza passou a ser mais bem conhecida e os desastres foram naturalizados. Todavia, em fins do século XX e começos do XXI, o erro humano novamente veio à tona, em outro contexto explicativo: as ações humanas podem ter desequilibrado o meio ambiente, tornando aqueles desastres mais trágicos e recorrentes. De modo interessante, ainda assim, as explicações de caráter religioso continuam a ter espaço em nossa época, da mesma forma que as explicações científicas foram referenciadas a trabalhos de religiosos caribenhos do século XIX, configurando a convivência, muitas vezes conflituosa, de ideias com temporalidades distintas (KOSELLECK, 2006, p. 317; BERBEL, MARQUESE, PARRON, 2010, p. 54). Por outro lado, mesmo durante o início da colonização, a explicação religiosa conviveu com ações práticas e medidas políticas patrocinadas por poderes locais ou imperiais com raízes na Europa, que se preocupavam com os efeitos práticos das tempestades.

Nesse intento, Schwartz aliou a colonização à história dessas calamidades, demonstrando que a análise das consequências econômicas, sociais e políticas do empreendimento colonial não pode ser feita sem atenção às bases ambientais e aos efeitos sobre o ambiente, como já fora demonstrado por Alfred Crosby em *Imperialismo ecológico* (CROSBY, 1993, pp. 133-174). Afinal, o desenvolvimento colonial, com mudança e exploração da paisagem, fez agudizar as calamidades causadas pelos furacões. Mas não só, pois ao desestabilizarem as sociedades, essas ocorrências climáticas revelaram o que poderia ocorrer em um futuro muitas vezes próximo, ou seja, possíveis experiências comuns: fomes, descontentamento e rebeliões escravas. Os furacões, portanto, podem ser vistos como processos iluminadores das possibilidades abertas àquela região, com base na experiência anterior e guiando as expectativas (KOSELLECK, 2006, pp. 312-314). Demonstração prática de seus efeitos nessa parte do Atlântico, indo além das ideias tecidas sobre esses eventos.

Se para o autor o clima pode determinar (SCWARTZ, 2021, p. 10) as

sociedades em seus vários aspectos, ele também demonstrou no decorrer de sua obra que tais determinações foram balanceadas pela forma como o clima foi compreendido pela população caribenha, e como os atores responderam àqueles desastres naturais. Ou seja, as tempestades podiam influenciar a história do Grande Caribe, mas essa história também moldou a interpretação sobre aqueles eventos, conformando um interessante exemplo de recíproca determinação. O foco foram as ações humanas afetadas por e interagindo com aqueles desastres (SCHWARTZ, 2021, pp. 12-13 e 99). A determinação aqui citada, portanto, não retirou o caráter histórico de sua análise, antes demonstrou que o ambiente contou na configuração da realidade, na construção das possibilidades para a história do Grande Caribe.

O historiador cumpriu bem o que pretendeu no início de sua obra. Abordando a sociedade do Grande Caribe, demonstrou como as tempestades foram processos superiores, mas não externos, às divisões imperiais e nacionais, pois seus efeitos foram sentidos de modo comum, ao passo que as respostas e consequências nasceram também da organização regional. Se no início pareceu privilegiar a experiência ibero-americana, o fato simplesmente se deveu à própria cronologia da colonização, sendo aquela anterior em várias décadas à dos poderes do norte europeu. Da mesma forma, para um acadêmico conhecido por sua produção dedicada à história colonial latino-americana, Schwartz conseguiu bem equilibrar os capítulos, versando sobre os efeitos e respostas aos furacões desde o século XVI ao começo do atual em diferentes espaços caribenhos. O argumento foi prosseguido com cuidado e de modo persuasivo no restante do livro e de seu recorte cronológico.

No fim das contas, Schwartz apresentou um bom exame histórico guiado pela premissa da História Total. A realidade de uma parte do mundo atlântico foi interpretada tendo em foco processos eminentemente ambientais, com suas explicações teológicas e científicas, mas sem deixar de considerar as relações com a política, a vida intelectual e a realidade econômica daquelas sociedades (SCHWARTZ, 2021, p. 20). Ademais, o autor ainda demonstrou como a relação do homem com o ambiente, tema candente em nossa atualidade, pode e deve ser explorada na História, avaliando as mudanças e continuidades nas ações humanas frente ao mundo natural. Um encorajado passo adiante na pesquisa é a necessária inclusão de outras paragens do continente, com vistas a compreender e comparar ainda mais a relação do mundo natural com a história das Américas.

Bibliografia

BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec & Fapesp, 2010.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900*. Tradução de José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto & Ed. PUC-Rio, 2006.

McMICHAEL, Philip. Incorporating comparison within a world-historical perspective: an alternative comparative method. *American Sociological Review*: v. 55, n. 3, p. 385 – 397, 1990.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo: v. 24, n. 68, p. 81 – 101, 2010.

TOMICH, Dale. O Atlântico como espaço histórico. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: ano 26, n. 2, p. 221 – 240, 2004.